

1 Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove realizou-se a 1ª Reunião  
2 ordinária do Conselho de Orientação e Administração Técnica de São Paulo – COAT/SP, na sala  
3 de reunião da Coordenadoria de Políticas para Idosos, Secretaria Municipal de Direitos  
4 Humanos e Cidadania, situada na Rua Libero Badaró, 119, 9º andar, com o início às 14h00, sob  
5 a presidência da Sra. Conselheira **Sandra Regina Gomes**, – representante da Secretaria  
6 Municipal de Direitos Humanos e Cidadania- SMDHC e a presença dos seguintes Conselheiros:  
7 Sr. **Remo Vitório Cherubin**, representante do Grande Conselho Municipal do Idoso; Sr. **José**  
8 **Cícero Rosendo dos Santos**, representante do Grande Conselho Municipal do Idoso; Sra. **Maria**  
9 **Rosaria Paolone**, representante do Grande Conselho Municipal do Idoso; Sra. **Rita de Cássia**  
10 **Monteiro de Lima Siqueira**, representante da Secretaria Municipal de Assistência e  
11 Desenvolvimento Social - SMADS; Sr. **Mamerto Granja Garcia**, representante da Secretaria  
12 Municipal da Fazenda - SF; Participaram também: Sra. **Elizete Nicolini** / Secretaria Municipal de  
13 Direitos Humanos e Cidadania- SMDHC. Ausências Justificadas: Marly Augusto Feitosa. E com  
14 a seguinte pauta: 1) Definir as prioridades da gestão COAT/2019; 2) Plano de Ação FMDI 2019:  
15 apresentação das propostas e tempo de execução dos projetos; 3) Plano de Aplicação e  
16 Captação: percentual de aplicação do FMDI e formas de captação em 2019; 4) Extratos de  
17 recibos das doações; 5) Desvinculação de receita (Decreto Municipal nº 57.380/2016); 6)  
18 Discutir a Lei Federal n. 13.797 – autoriza doações de PF no ato da declaração; 7) Outros  
19 assuntos.

20 A Sra. Sandra Regina Gomes do COAT fez as apresentações e deu início aos trabalhos. Passou-  
21 se ao 1º item da pauta: Definir as prioridades da gestão COAT/2019. A Sra. Elizete Nicolini deu  
22 início a uma apresentação do plano de ação e de aplicação do Fundo Municipal do Idoso –  
23 FMID/SP destacando a necessidade de previsão orçamentária (Lei Orçamentária Anual – LOA)  
24 das despesas e receitas do fundo. Destacou ainda a necessidade de publicação, objetivando  
25 transparência, do andamento da execução do orçamento do fundo, mesmo que seja na página  
26 eletrônica do fundo. O Sr. José Cícero Rosendo dos Santos alertou que seria interessante se  
27 antecipar a LOA e propor a previsão de execução orçamentária já na Lei de Diretrizes  
28 Orçamentária – LDO, a qual se dá no mês de abril, enquanto a LOA somente ocorre em  
29 setembro. Lembrou ainda que as prioridades do fundo podem ser inseridas na LDO para 2020.

30 A Sra. Elizete Nicolini retomou a apresentação evidenciando a importância da definição prévia  
31 das prioridades e planos de trabalho a partir dos diagnósticos locais. Salientou que esse  
32 diagnóstico já existe, definindo alguns dados importantes para a tomada de decisão dos  
33 projetos prioritários. Esse diagnóstico traça um perfil da população idosa da Cidade de São  
34 Paulo tais como distribuição, faixa etária, por bairros, distritos e por vulnerabilidade pelo  
35 índice do IPEA.

36 2º item da pauta: Plano de Ação FMDI 2019: apresentação das propostas e tempo de execução  
37 dos projetos. A Sra. Elizete Nicolini, na sua apresentação, destacou os problemas constatados  
38 no diagnóstico citado anteriormente. Os principais problemas estão relacionados com a saúde  
39 mental do idoso e a depressão. Também destacou problemas importantes, tais como  
40 alimentação inadequada, informalidade dos cuidadores, vida solitária, rompimento do vínculo  
41 familiar, idosos atropelados na cidade, imigrantes idosos na cidade, desconhecimento de

42 participação social. A Sra. Sandra Regina Gomes fez um aparte referente à gravidade do  
43 problema de depressão entre os idosos, obtido junto à Secretaria da Saúde. Saliou que  
44 existem diversos fatores que levam a esse estado, correlacionados, principalmente, com a vida  
45 solitária e rompimento do vínculo familiar. Também fez referência aos atropelamentos de  
46 idosos, situação já identificada pela CET, e o imigrante idoso (principalmente venezuelanos e  
47 africanos), esclarecendo que todavia carecem de políticas públicas adequadas voltadas para  
48 esses problemas. Esclareceu que, com base nesses dados, seria necessário trazer para o COAT  
49 as linhas de ações para mitigar esses problemas. A Sra. Elizete Nicolini lembrou que são  
50 definidos 4 eixos de atuação: Educação, Saúde, Proteção e Participação. Nesse contexto, seria  
51 necessário identificar as prioridades e enquadrar os projetos correspondentes ao atendimento  
52 dessas prioridades dentro desses eixos.

53 A Sra. Elizete Nicolini destacou a importância do conselho dar início a um plano de ação,  
54 delineando a partir dos diagnósticos, as prioridades, os projetos correspondentes e seu  
55 enquadramento nos eixos previamente estabelecidos. A Sra. Rita de Cássia Monteiro de Lima  
56 Siqueira sugeriu como possível projeto a questão da participação do idoso, permitindo  
57 esclarecer ao idoso qual o seu papel na sociedade, meios de participação popular e seu  
58 protagonismo na geração de políticas públicas voltadas para suas necessidades. Tal ação seria  
59 um ponto de partida para ações de maior alcance. A Sra. Sandra Regina Gomes destacou que  
60 pode-se implementar outras ações em paralelo. Sugeriu que os conselheiros pesquisassem  
61 outros conselhos de idosos (estaduais e municipais) de forma obter propostas de políticas e as  
62 prioridades definidas. Exemplificou que poder-se-ia trabalhar com projetos relacionados à  
63 depressão, imigrantes idosos, atropelamentos de idosos e rompimento de vínculos familiares.  
64 A Sra. Elizete Nicolini esclareceu que para esses projetos, inicialmente, não seria necessário  
65 entrar em muitos detalhes, mas definir as diretrizes básicas e criar um edital. Assim o projeto  
66 detalhado seria delineado e detalhado pela proponente. Destacou que a qualidade do projeto  
67 pode induzir a uma captação significativa de recursos.

68 3º item da pauta: Plano de Aplicação e Captação: percentual de aplicação do FMDI e formas de  
69 captação em 2019. Sra. Elizete Nicolini comentou a importância de meios de captação de  
70 recursos financeiros para o fundo. Tal posição foi reforçada pelos conselheiros Sr. Remo  
71 Vitório Cherubin e Sra. Maria Rosaria Paolone. Quais seriam os meios de obter receitas para o  
72 fundo e como essas receitas seriam aplicadas e qual percentual seria aplicado em cada  
73 exercício fiscal. Também destacou a importância de uma previsão de arrecadação para os  
74 próximos exercícios. O Sr. José Cícero Rosendo dos Santos sugeriu que o percentual poderia  
75 ser, inicialmente, de 30% dos recursos disponíveis, podendo ser alterado a medida que a  
76 arrecadação fosse aumentando. Outra possibilidade que foi aventada refere-se a possibilidade  
77 de desenvolver um projeto que viabilizaria captação e execução com autorização do fundo. A  
78 Sra. Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira indagou ao representante da Secretaria da  
79 Fazenda, Sr. Mamerto Granja Garcia, em quanto tempo os recursos captados pelo fundo  
80 seriam depositados na conta do fundo. Ficou esclarecido que no caso de doação direta, o valor  
81 é depositado diretamente na conta pelo doador. No caso da doação efetuada na declaração do  
82 imposto de renda, os valores somente seriam depositados na conta do fundo após

83 processamento pela Receita Federal no exercício seguinte. Também foi relacionada como  
84 fonte de recursos para o fundo as multas aplicadas por descumprimento de disposição legal  
85 referente à prioridades do idoso, tal como ocupação irregular de vaga de estacionamento  
86 destinada exclusivamente às pessoas idosas. Não foi possível determinar se o resultado dessas  
87 multas estão sendo destinadas ao fundo. Também foi iniciada uma discussão referente ao  
88 conflito de arrecadação entre o conselho Estadual (multas do PROCON, por exemplo) e o  
89 Municipal, situação essa que deverá ser esclarecida. A Sra. Presidente, Sandra Regina Gomes,  
90 solicitou que fossem realizadas consultas na Companhia de Engenharia de Tráfego- CET e na  
91 Secretaria Municipal da Fazenda para verificar se esses recursos estão sendo repassados para  
92 o fundo e, caso negativo, quais as providências necessárias para que isso ocorra. A Sra. Sandra  
93 Regina Gomes se prontificou a fazer uma consulta junto à CET e SPTRANS quanto à destinação  
94 das multas aplicadas com essas características e também obter esclarecimento no Conselho  
95 Estadual do Idoso. Incumbiu o Sr. Mamerto Granja Garcia de verificar a situação dessas  
96 mesmas multas na arrecadação controlada pela Secretaria Municipal da Fazenda e pesquisar,  
97 por exemplo, se existe rubrica específica para a arrecadação dessas multas. A Sra. Sandra  
98 Regina Gomes também salientou a necessidade de consultar o jurídico da SMDHC para obter  
99 outras informações que possam agregar para o esclarecimento ou a necessidade potenciais  
100 dispositivos legais para mitigar perdas de arrecadação destinadas ao fundo.

101 4º item da pauta: Extratos de recibos das doações. A Sra. Sandra Regina Gomes esclarece que  
102 não houve novas doações.

103 5º item da pauta: Desvinculação de receita (Decreto Municipal nº 57.380/2016). Existe uma  
104 desvinculação de 30% do fundo para outras ações não relacionadas com políticas para idosos.  
105 A Sra. Elizete Nicolini sugeriu que fosse estudada a possibilidade de que os 30% desvinculados  
106 fossem destinados exclusivamente para atender políticas públicas relacionadas aos idosos, ou  
107 seja, algo semelhante ao que é feito no FUMCAD. Tal sugestão foi endossada por todos os  
108 conselheiros. A Sra. Sandra Regina Gomes sugeriu que tal discussão deve ser provocada e  
109 levada para todas as esferas administrativas. A Sra. Elizete Nicolini lembrou que esse recurso  
110 advém, na sua maioria, de doações, e que tal desvinculação não poderia ocorrer nesse caso.  
111 Tal argumento poderia permitir a criação de dispositivo legal idêntico ao praticado no  
112 FUMCAD quanto a essa desvinculação, ou seja, aplicação exclusiva dos recursos nas políticas  
113 públicas voltadas aos idosos. Salientou que haveria necessidade de uma análise contábil  
114 detalhada das origens dos recursos de forma identificar o que é exclusivamente de doação. A  
115 Sra. Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira destacou a importância de que essas  
116 informações sejam enviadas oficialmente ao COAT pelos órgão responsáveis.

117 6º item da pauta: Discutir a Lei Federal n. 13.797 – autoriza doações de PF no ato da  
118 declaração. A Sra. Sandra Regina Gomes esclareceu que tais doações somente entrariam no  
119 fundo em 2020. Essa forma de captação seria análoga ao que é feito no FUMCAD. Destaca a  
120 necessidade de efetuar uma campanha de conscientização para que tais doações sejam  
121 efetivadas.

122 7º item da pauta: Outros assuntos. A Sra. Sandra Regina Gomes solicitou que os conselheiros  
123 começassem analisar os possíveis projetos que poderão ser tocados adiante. Nesse sentido,

124 sugeriu que fossem buscados em outros conselhos informações que podem subsidiar tais  
125 linhas de ação e respectivos projetos.  
126 Em seguida, não havendo mais assuntos a tratar encerrou-se a reunião, e eu Mamerto Granja  
127 Garcia, para constar, lavrei a presente ata. São Paulo, 6 de fevereiro de 2019.

128

129 \_\_\_\_\_

130 Sandra Regina Gomes - SMDHC - Presidente

131 \_\_\_\_\_

132 José Cícero Rosendo dos Santos - GCMÍ

133 \_\_\_\_\_

134 Mamerto Granja Garcia - SF

135 \_\_\_\_\_

136 Maria Rosaria Paolone – GCMÍ

137 \_\_\_\_\_

138 Remo Vitório Cherubin – GCMÍ

139 \_\_\_\_\_

140 Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira – SMADS